

Os Potiguara na Guerra dos Brancos (1630-1654)

Regina Célia Gonçalves*

Durante todo o mês de outubro de 1645, em plena guerra luso-holandesa, um intenso movimento foi observado entre as tropas Potiguara. Mensageiros iam e voltavam dos acampamentos militares, situados em Pernambuco e Paraíba, portando cartas em que os principais comandantes se esforçavam por convencer os seus oponentes à rendição. De um lado, o Capitão Antonio Felipe Camarão e o Sargento-Mor Diogo Pinheiro Camarão, aliados das forças portuguesas que lutavam pela restauração. De outro lado, o Regedor e Comandante do Regimento de Índios na Paraíba, Pedro Poty e o Regedor de Índios do Rio Grande, Antonio Paraupaba, aliados da Companhia das Índias Ocidentais. Pela primeira vez, desde que suas terras ancestrais haviam sido conquistadas pelos portugueses, os Potiguara encontravam-se divididos, em campos opostos na guerra.

Este episódio, como muitos outros, revela as relações entre a sociedade colonial e os diversos povos indígenas que habitavam a América antes da conquista europeia, e coloca, para os historiadores, o desafio de superar, por um lado, o enfoque tradicional que difundiu o mito da submissão passiva dos nativos aos interesses coloniais, e, de outro, a leitura de uma certa história dos vencidos, que os encarava como vítimas indefesas da ação colonizadora. Os estudos mais recentes, frutos dos contatos entre a história e antropologia, procuram destacar como os povos indígenas foram capazes de se transformarem e de rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial na medida em que esta foi se gestando ao longo dos séculosⁱ. Os povos indígenas deixam, nesta perspectiva, de serem considerados massa de manobra, para, ao contrário, serem vistos como grupos que buscavam obter alguma vantagem diante do caos. No dizer de Almeida, eles, os povos indígenas, se metamorfosearamⁱⁱ.

Por outro lado, em que pese a capacidade desses povos se transformarem e rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial, não podemos perder de vista que essa foi e continua sendo uma história de luta e de sangue.

* Professora Adjunta do Departamento de História da UFPB, Doutora em História pela USP.

Um caos marcado pela violência e pela destruição. Em crônica escrita entre 1646-1648, durante o período da guerra luso-holandesa, Pierre Moreauⁱⁱⁱ, ao contrário dos cronistas portugueses que, em sua maioria, desde o primeiro século, diziam ser o Brasil um paraíso terrestre^{iv}, tinha, como escreveu José Honório Rodrigues em nota introdutória à obra, *uma visão pessimista e torturada*. Escreve Moreau: “(...) *Esta rica parte da América, em vez de gozar tranqüilidade, parece estar destinada apenas à carnificina e à crueldade, que sempre viu executadas pelos descendentes dos naturais e dos que a nossa Europa aí conduziu, os quais, dir-se-ia, só foram atraídos ao seu seio para regá-la com o seu sangue*”^v.

Seguindo a formulação de Gruzinski^{vi}, compreendemos que a empresa colonial foi, mais do que um processo de aculturação, um processo de “ocidentalização” do mundo e das populações nativas. No entanto, foi, ao mesmo tempo, atravessado por múltiplos interesses e objetivos, por vezes contraditórios, “*que representavam um obstáculo considerável para os projetos de integração à sociedade colonial*”^{vii}. Portanto, no seio de uma sociedade em conflito que, embora transitoriamente, comportasse acomodações, se construíram as possibilidades de transformação e rearticulação das populações indígenas. O conflito, aliás, era também um problema que marcava a própria inserção dos colonos e colonizadores na sociedade em construção. No caso da conquista do que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, por exemplo, no que se refere à camada dominante local, que açambarcou os principais cargos da estrutura administrativa e as melhores terras – leia-se, as mais adequadas à produção açucareira -, havia pontos de atritos e de disputas que podem ser identificados por evidências, mesmo que indiretas, que aparecem na documentação. Disputas essas que estavam na própria origem da ocupação, feita na época da União Ibérica, e que se traduziu em vários episódios envolvendo comandantes e comandados de forças lusas e espanholas pelo controle dos postos e posições militares, ou entre as autoridades locais vinculadas aos donatários de Itamaracá e Pernambuco e as autoridades centrais provenientes da Bahia. Disputas que estenderam por todo o período do povoamento e do estabelecimento da colonização, a exemplo daquelas que envolveram a obtenção de mercês, como a posse de terras e a nomeação para os cargos na estrutura

burocrática da nova capitania e que aparecem, com frequência, nos requerimentos à Coroa feitos por membros de diferentes grupos familiares; as disputas entre capitães-mores e religiosos pelo controle da força-de-trabalho indígena; aquelas entre as diferentes ordens religiosas pelo mesmo motivo; as que ocorreram entre governadores e capitães-mores e o governo-geral do Estado do Brasil e, finalmente, conflitos entre grandes proprietários e senhores contra as autoridades em geral.^{viii}

Assim, este quadro de conflitos no seio das camadas dominantes, ao mesmo tempo permitiu que as populações indígenas “respirassem”, pois se tornaram necessários sucessivos ajustes e adaptações para consertar as “redes furadas” da sociedade colonial. Esses ajustes e adaptações variaram de acordo com a região, os grupos sociais e as épocas em que se realizaram, mas foram sempre presentes e deles “*emergiram experiências individuais e coletivas que mesclavam interpretação, improvisação e cópia fascinada*”^{ix}. Inventaram-se combinações que tomaram as mais diferentes formas. No caso da Paraíba, por exemplo, é notável a trajetória de Zorobabé que, de chefe dos Potiguara da Copaoba, líder da guerra contra os portugueses até a paz de 1599, passou, depois do “descimento”, a prestar-lhes serviços de guerra, embora nunca tenha se convertido ao cristianismo. Foi enviado a combater os Aimoré na Bahia e, no retorno à Paraíba, atacou o quilombo do rio Itapucuru, em Sergipe D’El Rey, onde matou a maior parte dos negros, desobedecendo as ordens recebidas. Nessa mesma ocasião, tomou alguns deles como escravos, vendendo-os durante o caminho de volta para comprar roupas, armas e bandeiras que lhe atribuíssem a honra destinada aos chefes militares brancos. Nos parece que o caso de Zorobabé pode ser entendido como uma experiência na “rede furada” da sociedade colonial, a expressão desse “*enfrentamento constantemente redefinido entre as populações indígenas e as exigências, oscilações e retomadas hesitantes da dominação colonial*”.^x

Ao nosso ver, no caso da Paraíba, no período da conquista e estabelecimento dos marcos iniciais da colonização, há dois momentos que revelam, de forma bastante clara, essa redefinição nas formas de enfrentamento. O primeiro é marcado por um estado de beligerância permanente que se estende de 1599, quando os Potiguara da Copaoba

negociam a paz com a sociedade colonial, até o massacre da Baía da Traição, ocorrido em 1625. Durante esse período, a conquista do rio Paraíba, em torno do qual se instalaram os engenhos de açúcar e os primeiros povoados, dentre eles a cidade da Felipéia de Nossa Senhora das Neves, permaneceu sendo algo sistematicamente colocado em xeque devido à presença dos Potiguara. A principal evidência do medo que grassava no seio dessa sociedade – pois nem todos os grupos indígenas foram incorporados às missões religiosas, e mesmo tendo aceitado a paz, mantinham-se em suas aldeias originais – está presente na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino^{xi}. Os anexos de vários processos referem-se à existência de campanhas sistemáticas contra os Potiguara pelo fato de que os mesmos, constantemente, colocavam em risco as fazendas, os caminhos e até mesmo a cidade. Eram assaltos, ataques de surpresa, destruição de canaviais, assassinatos, invasões de aldeias de índios amigos dos portugueses, enfim, uma série de ações que obrigavam a sociedade colonial a organizar-se para a defesa dos espaços já conquistados e para o ataque contra as aldeias rebeldes. O episódio que sintetiza esse estado de conflagração é, a nosso ver, o da Baía de Traição, em 1625. Naquele momento, os Potiguara que ali viviam, ao decidirem apoiar os holandeses da frota do Almirante Hendrykszoon recém atracada, depois da perda de Salvador, declararam guerra aos portugueses e tentaram, estabelecendo uma política de alianças, como a que historicamente seus ancestrais haviam mantido com os franceses, construir uma oportunidade de restabelecerem a ordem anterior à conquista. Consideramos que essa presença constante do perigo representado pelos Potiguara foi o elemento que garantiu a unidade da elite local, apesar das divergências pontuais que pudessem existir em seu seio.

O episódio da Baía da Traição, quando os Potiguara foram massacrados pelas tropas coloniais por terem se aliado aos holandeses, revela e relewa o quanto a mortandade é um fato essencial para compreendermos a redefinição constante do enfrentamento entre os indígenas e a sociedade colonial. Como diz Gruzinski, *“As mortes em massa tiveram um impacto considerável sobre as memórias, as sociedades e as culturas e produziram rachaduras e confusões por vezes irremediáveis”^{xii}*. Esse impacto será visível, poucos anos mais tarde, nas

ações e nos discursos de Pedro Poty e Antonio Paraupaba, durante a ocupação da W.I.C. É esse segundo momento, a participação dos Potiguara na guerra luso-holandesa, que demonstra a redefinição nas formas de enfrentamento entre as sociedades indígenas e a colonial. No caso dos Potiguara, isso nos parece claro ao pensarmos e analisarmos a trajetória dos Camarões, Antonio Felipe e Diogo Pinheiro e de Poty e Paraupaba.

Creemos que, entre os Potiguara, apesar do longo processo de desestruturação de seu mundo, produzido pela força da espada, da foice e da cruz dos conquistadores brancos, a liturgia da guerra de vingança, elemento fundamental de sua cultura, não foi esquecida. Sempre que possível, ela foi acionada contra os portugueses, seus inimigos mortais. Depois de 1625, com a fuga dos holandeses, os Potiguara da Baía da Traição foram dizimados. O que não morreram foram escravizados. Alguns fugiram rumo a Ibiapaba, varando a Copaoba e o sertão semiárido, território dos Tapuia, buscando guarida entre os seus parentes. Outros fugiram para a Holanda, onde foram educados e convertidos ao cristianismo sob a fé da igreja reformada. Entre eles, estava Pedro Poty (e Gaspar Paraupaba) que voltaria, em 1634, acompanhando os holandeses que invadiram a capitania da Paraíba, com a missão de promover o levante dos Potiguara contra os portugueses. Seu argumento mais forte, por mais recente, era justamente o tratamento recebido pelos seus na Baía da Traição, em 1625. Embora esse não fosse o único motivo a mobilizá-los em busca da vingança, a memória da repressão, da destruição das aldeias, da escravidão, da fuga e da morte, permanecia viva entre aqueles Potiguara. Dessa forma, representativo contingente de índios dessa nação, sob o comando de Poty e de Antonio Paraupaba (filho de Gaspar), engrossaram as fileiras da W.I.C. A elas se juntariam, também, os Janduí que habitavam terras do Rio Grande e da Paraíba. A participação dos nativos seria fundamental para o sucesso dos holandeses, assim como, anos mais tarde, a retirada do apoio dos Janduí, seria fatal e determinante na derrota militar que se seguiria.

Os episódios de 1625, ao colocarem sob suspeição a real submissão do povo Potiguara à sociedade colonial, provocaram, por parte desta, repressão e controle ainda maiores sobre estas populações, inclusive, as já aldeadas no litoral, provenientes de

outras áreas que não a Baía da Traição. Certamente foi dentre esses grupos já convertidos ao cristianismo sob a fé católica que as forças coloniais recrutaram os regimentos que passaram a integrar suas tropas. Enquanto Poty e Paraupaba eram nativos de Acejutibiró (a Baía da Traição), os dois Camarão, seus parentes próximos, eram de aldeias Potiguara do Rio Grande ou de Pernambuco. O fato é que, da mesma forma que a unidade dos portugueses foi rompida com a ocupação holandesa, no início dos anos trinta, a dos Potiguara também o foi. A memória da mortandade marcou uma clivagem na sua unidade.

Expressão clara dessa divisão dos Potiguara é sua participação, em campos opostos, na guerra luso-holandesa, da qual as cartas trocadas por suas lideranças, a que nos referimos na abertura deste artigo, são documento importante. De agosto de 1645 a março de 1646, as mesmas foram escritas, em Tupi, pelo Sargento-Mor D. Diogo Pinheiro Camarão, e pelo Capitão-Mor dos Índios D. Antonio Felipe Camarão, aos chefes dos aliados dos holandeses, Pedro Poty e Antonio Paraupaba e outros índios, que também as responderam em Tupi.^{xiii}

Antonio Felipe Camarão ofereceu-se para lutar ao lado de Matias de Albuquerque, ainda na fase da guerra da resistência. Não se sabe ao certo em que ano e local nasceu, mas, educado pelos padres, foi batizado em 1612, quando recebeu o nome cristão. Durante a guerra, por suas *“proezas e valorosos feitos”*, recebeu de El Rey o Hábito de Cristo e o título de Dom, que se estendeu aos seus herdeiros, passando a chamar-se D. Antonio Felipe Camarão. Tornou-se, de fato e de direito, súdito do rei, cristão e fidalgo. Segundo Lopes Santiago, *“(...) era principal pessoa entre os índios, a que eram muito obedientes, e sua gente muito destra em atirar as flechas, e o elegeram seu maioral, por animoso e esforçado. Este tomou a sua estância em lugar arriscado, fazendo grande dano ao inimigo, usando de muitos ardis de guerra; e foi sempre muito leal aos portugueses, e teve com os holandeses famosos encontros, desbaratando-os muitas vezes; e tanto que chegou a dizer o mestre de campo Cristóvão Artichofsky, soldado velho e experimentado, de nação, polaco, que um só índio tinha poder para o fazer retirar muitas vezes”*.^{xiv}

Em sua carta a Poty, de 22 de outubro de 1645, Diogo Pinheiro Camarão^{xv} insiste:

“Sois um bom parente. Sai desse lugar, que é como o fogo do inferno. Não sabeis que sois cristão? Por que vos quereis perverter? (...) Se os Portugueses têm êxito na guerra é porque, sendo cristãos, o Senhor Deus não permite que fujam ou se percam, por isso desejamos muito que vos passeis para nós, e isso garantido pela palavra do grande capitão Antônio Philippe Camarão e de todos os capitães dos Portugueses”^{xvi}.

A resposta de Poty, datada de 31 de outubro, não poderia ser mais clara. Reafirmou a sua convicção de que era melhor cristão do que seu interlocutor: só acreditava em Cristo, sem macular a religião com a idolatria. Garantiu sua fidelidade irrestrita aos holandeses, de quem havia recebido *“tantos benefícios”*, e sobre os quais jamais se tinha ouvido falar que houvessem escravizado algum índio ou, em qualquer tempo, *“assassinado ou maltratado algum dos nossos”*, e declarou:

“Em todo o país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos Portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os tivesse libertado. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição, ainda estão bem frescos na nossa memória”^{xvii}.

Capturado pelos portugueses durante a segunda batalha dos Guararapes, em 1649, Poty viveria, na pele, os suplícios que denunciava. Aprisionado durante seis meses em um forte do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, *“foi barbaramente tratado por aqueles algozes (...), era constantemente açoitado, sofreu toda espécie de tormentos; foi atirado, preso por cadeias de ferros nos pés e mãos, a uma enxovia escura, recebendo por alimento unicamente pão e água”^{xviii}* e, finalmente, morto. A vida e a morte de Pedro Poty, nascido em Acejutibiró, expressam o destino dos Potiguara da Paraíba. Depois de um século de luta contra os portugueses pela preservação da sua terra, finalmente foram derrotados na guerra. Da mesma forma que seus ancestrais – que, ao longo do século XVI, encontraram, na aliança com os franceses, possibilidade de manter os portugueses longe de seu território – os

Potiguara, ainda rebeldes nas primeiras décadas do século XVII, procuravam, nos holandeses, a alternativa para expulsarem o invasor e a chance de restaurarem a antiga ordem. Por duas vezes, em 1625, e, depois, entre 1630 e 1654, procuraram, lutando ao lado daqueles brancos, atingir seus objetivos.

A vertigem do vazio^{xix} que se abatera sobre a capitulação dos Potiguara em 1599, produzira um Zorobabé. A mesma “vertigem do vazio” que, mais uma vez, se abatera sobre os Potiguara na Baía da Traição em 1625, produziria Antonio e Diogo Camarão, e também Pedro Poty e Gaspar e Antonio Paraupaba. Ela os havia contido, mas não derrotado, pois os povos indígenas continuaram a criar sentido em meio à devastação. A luta continuou em outras paragens, nos caminhos do sertão. Os Potiguara sobreviveram, ainda uma vez, na Baía da Traição.

ⁱ Cf., entre outras, as seguintes obras: John M. Monteiro. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 2000; Maria Regina C. de Almeida. **Metamorfoses Indígenas**. Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003; Ricardo Pinto de Medeiros. **O Descobrimento dos Outros**. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial. Tese de Doutorado em História/UFPE, Recife, 2000.

ⁱⁱ Maria Regina Celestino de Almeida. **Op.Cit.**

ⁱⁱⁱ Pierre Moreau. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

^{iv} Diga-se, de passagem que, mesmo entre os cronistas “holandeses”, houve aqueles que descreveram a terra usando as mesmas categorias, é esse, por exemplo, o caso de Elias Herckmans, em sua **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, escrita em 1639. (João Pessoa, A União, 1984).

^v **Ibidem**. p.17-18.

^{vi} Serge Gruzinski. **A Colonização do Imaginário**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

^{vii} **Ibidem**. p.409.

^{viii} Cf. Regina Célia Gonçalves. **Guerras e Açúcares**. Política e Economia na Capitania da Paraíba (1565-1630). Tese de Doutorado em História/USP, São Paulo, 2003, especialmente Capítulo II.

^{ix} Serge Gruzinski. **Op.Cit.** p.410-411.

^x **Ibidem**. p.410.

^{xi} Disponível na documentação avulsa da Capitania da Paraíba. Projeto Resgate. CD-ROM 1.

^{xii} **Ibidem**. p.411.

^{xiii} Encontradas no arquivo da W.I.C – Haia – 1885-1886, por José Higinio Duarte, que as fez copiar. Foram publicadas mais tarde por Pedro Souto Maior na **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano** (v.XII, 1906), sob o título “Cartas Tupis dos Camarões”. Neste trabalho estamos usando as traduções publicadas por Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto, em **A Fundação do Brasil**. Testemunhos: 1500-1700. Petrópolis, Vozes, 1992.

^{xiv} Diogo Lopes Santiago. **História da Guerra de Pernambuco**. Recife, Fundarpe, 1984, p.40.

^{xv} Sobrinho de D. Antonio Felipe Camarão, D. Diogo o acompanhou, como Sargento-Mor de seu terço, durante toda a guerra. Também na sua companhia viajou a Portugal e Espanha. Após a morte daquele, em 1648, assumiu a chefia do terço dos índios e continuou a lutar pela restauração ao lado de Francisco de Barreto Menezes. Seu filho, D. Sebastião Pinheiro Camarão, o substituiu nessa chefia e, nas últimas décadas do século XVII, destacou-se na guerra contra os “bárbaros” do sertão, ainda a serviço dos portugueses. Sobre o assunto, consultar: José Antonio Gonsalves de Mello. **D. Antonio Filipe Camarão**. Capitão-Mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil. Recife, Universidade do Recife, 1940.

^{xvi} In: Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto. **Op.Cit.** p.229.

^{xvii} **Ibidem**. p.229-230. Grifos nossos.

^{xviii} Cf. “Segunda Exposição de Paraupaba, em 1656”. In: **Ibidem**. p.231.

^{xix} Gruzinski define como “vertigem do vazio” as situações de indeterminação, de ausência de referências ou de seu esfumaçamento, que são propícias ao “*surgimento de novos arranjos culturais*”. In: **Op.Cit.** p.412.